

Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: relato das ações desenvolvidas em São Carlos-SP

Eixo 1 – Economia Solidária e Organização do Trabalho

Bianca P. Cambiaghi¹, João Luiz Passador²

¹*Universidade de São Paulo – USP, Campus Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP –
bia_polotto@yahoo.com.br*

²*Universidade de São Paulo – USP, Campus Ribeirão Preto, Ribeirão Preto-SP*

Resumo

Este artigo apresenta as principais ações desenvolvidas no município de São Carlos-SP por uma rede de atores envolvidos com a economia solidária. Desde 2001, o município desenvolve o Programa de fomento à economia solidária e para sua formulação e implementação vem contando com a participação de atores de diferentes segmentos. Os resultados contidos no artigo são parte da pesquisa de mestrado defendida em 2012, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, que teve como coleta de dados entrevistas semiestruturadas junto aos líderes de dez organizações participantes da rede. Em geral, percebe-se que a rede de atores de São Carlos configurou-se como um importante elemento para a construção e potencialização da economia solidária no município, tendo a maior parte dos seus atores envolvida nas principais ações desenvolvidas no município, em particular na construção da política pública municipal. Tal envolvimento permitiu a construção de espaços democráticos de discussão, o compartilhamento de recursos e informações, o estímulo à participação popular nas decisões municipais e a consolidação dos empreendimentos locais. Além disso, a configuração em rede é uma forma bastante inovadora de tratar as questões sociais atuais, em específico a economia solidária, que é um fenômeno complexo e com diversos desafios.

Palavras-chave: Redes de cooperação; Economia solidária; Desenvolvimento local.

1 Introdução

O fenômeno da economia solidária tem se fortalecido desde a década de 1980. Recentemente vem sendo adotada por governos locais no combate ao desemprego e proporcionando a construção de organizações autogestionáveis, baseadas na cooperação e na valorização dos conceitos de democracia, participação e cidadania.

A economia solidária se insere no conceito multidimensional de desenvolvimento local e consiste na busca de trabalhadores excluídos e insatisfeitos com o sistema capitalista por novas formas de organização do trabalho, onde princípios como o associativismo e a autonomia dos trabalhadores são mais importantes que o capital e o individualismo (SINGER, 2003). Segundo Cattani (2003), essa alternativa ao capitalismo constitui um movimento cada vez mais sólido e importante no cenário mundial.

Como principais representantes, a economia solidária possui as cooperativas de

produção, regidas por princípios de solidariedade, autogestão, cooperação, democracia e repartição dos ganhos entre todos os cooperados (SINGER, 2000). Tais princípios foram estabelecidos pela primeira cooperativa da qual se tem informação, a cooperativa dos tecelões de Rochdale de 1844, na Inglaterra, nascida no contexto da Revolução Industrial e do movimento operário em resposta às condições precárias de trabalho da época.

Outros exemplos de iniciativas de economia solidária ou também chamados empreendimentos econômicos solidários (EES) são associações, grupos de produção e de consumo, redes e clube de trocas (GAIGER, 2003a), coletivos de geração de renda, sistemas de comércio justo e de finanças, e fábricas recuperadas (LAVILLE; GAIGER, 2009), que atuam em diversos setores como de produção, serviços, comércio e crédito.

A principal característica dos empreendimentos é sua forma de organização, realizada por meio da autogestão. A autogestão confere a todos os trabalhadores a posição de donos do empreendimento e cada membro representa um voto. Desta forma, as decisões sobre os rumos do empreendimento são discutidas e consentidas por todos os membros, normalmente por meio de assembleias em que todos são iguais: proprietários e trabalhadores do empreendimento, com direito a voz e voto.

Para implantação das políticas públicas voltadas para a economia solidária, tida como uma estratégia de geração de trabalho e renda, novas formas de organização social têm surgido e se desenvolvido, com particular destaque para as redes de cooperação que envolvem o setor público, as universidades, a sociedade civil organizada e os próprios empreendimentos econômicos solidários.

É este contexto descrito, somado a realidade de vários municípios brasileiros que exibem um quadro relativamente exitoso em termos de desenvolvimento da economia solidária, que surgiu o objetivo do trabalho de estudar a rede de atores que atuam com economia solidária no município de São Carlos-SP. Este artigo é parte da pesquisa de mestrado defendida em 2012 no Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). Assim, seu objetivo principal é apresentar como a economia solidária se configura no município (para isso um resgate histórico se fez necessário) e quais as principais ações desenvolvidas pela rede.

2 Metodologia de pesquisa

Quanto aos objetivos gerais, esta pesquisa é do tipo exploratória e com relação à abordagem do problema, se configura como qualitativa. Richardson (1989, p.38) aponta que a abordagem qualitativa é “adequada para entender a natureza de um fenômeno social” e Haguette (2007) afirma que ela permite enfatizar as especificidades de um fenômeno em relação às suas origens e razão de ser.

A estratégia adotada para operacionalizar a pesquisa foi o método do estudo de caso (YIN, 2005). Segundo Gil (2002, p.58) é um dos métodos mais úteis para pesquisas exploratórias e configura-se pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou

poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Foram coletados dados de dois tipos: dados primários, por meio de entrevistas e observação direta, e dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica. As técnicas utilizadas para análise dos dados foram a análise documental para os dados secundários e a análise de conteúdo para os dados primários (RICHARDSON, 1989).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dez líderes das seguintes organizações, identificadas previamente como participantes da rede:

- Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC):
 - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER):
 - Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES);
 - Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA);
 - Coordenadoria de Artes e Cultura (CAC);
 - Fundação Educacional São Carlos (FESC).
- Iniciativas de economia solidária:
 - Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp)¹;
 - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida);
 - Associação Maria Fuxico;
 - Casa Fora do Eixo São Carlos.
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar):
 - NuMI-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, antiga Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar (INCOOP).
- Organização da sociedade civil:
 - ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança.

A escolha da amostra de organizações participantes da pesquisa de campo se baseou na importância e envolvimento que estas possuem com a economia solidária no município, a partir de informações obtidas em pesquisa documental, do conhecimento dos pesquisadores sobre a região e de conversas informais com alguns atores do movimento. Especificamente em relação aos empreendimentos, além da importância levou-se em consideração o número de membros de cada um, escolhendo-se assim dois empreendimentos de maior porte (Cooperlimp e Coopervida) e dois de menor porte (Maria Fuxico e Casa Fora do Eixo São Carlos).

3 São Carlos e a economia solidária

A economia solidária surgiu no município por meio da atuação de um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

¹ Foi entrevistada uma ex-membro da diretoria da cooperativa, pois devido a um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) imposto pelo Ministério Público do Trabalho, a cooperativa teve que paralisar suas atividades em janeiro de 2011. Na época diversas manifestações e ações foram tomadas para reverter o quadro, considerado inapropriado para o caso das cooperativas legítimas de São Carlos. Optou-se por considerá-la na pesquisa de campo, por ter sido uma das cooperativas pioneiras do município.

como resposta a um estudo de mapeamento dos bolsões de pobreza contidos na cidade. O estudo, iniciado em 1994, serviu para identificar a segregação espacial entre os bairros com melhores e piores índices socioeconômicos da cidade (DOZENA, 2001). Com base nesse mapeamento, professores de diversos núcleos de extensão deram início a um trabalho em um dos bolsões de pobreza da cidade, o bairro Jardim Gonzaga, detectado como uma região de alta vulnerabilidade social dos moradores.

Em paralelo, o crescente movimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), iniciado em 1995 com a pioneira criação da ITCP da COPPE/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia/Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi potencializado em 1997 com a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) do governo federal. Neste contexto, os professores envolvidos na intervenção no bairro Jardim Gonzaga de São Carlos, propuseram a criação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares em 1998. Juntamente com a criação da INCOOP, nasceu também a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp) e outros grupos que futuramente se tornariam uma cooperativa de serviços de culinária e outra de confecção.

Em 2001, a prefeitura foi assumida por Newton Lima Neto, ex-reitor da UFSCar, e teve início as atividades para construção de uma política pública de economia solidária por meio do “Programa de fomento à economia solidária”. Inicialmente, as atividades eram desenvolvidas sob o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico (DDST), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT). No ano seguinte, em 2002, foi criada a Seção de Fomento à Economia Solidária subordinada ao DDST.

Com a reeleição do prefeito Newton, a economia solidária foi institucionalizada no município por meio da criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia pela Lei municipal nº 13.486 de 16 de dezembro de 2004. A criação do DAES permitiu um maior reconhecimento da economia solidária no município, estando de fato no organograma da prefeitura e com suas atribuições e responsabilidades definidas.

Além da criação de um departamento exclusivo para tratar da economia solidária, o município implantou um Centro Público de Economia Solidária (CPES). O espaço foi construído através de uma parceria com a SENAES do governo federal e financiado com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB). Somente 24 municípios brasileiros possuem CPES e no caso de São Carlos, a contrapartida financeira do município foi superior aos recursos advindos da SENAES/MTE (CAPACLE, 2010).

A prefeitura é a responsável pela manutenção do espaço físico do CPES, que atualmente possui vários propósitos: (a) sede administrativa do DAES; (b) sede administrativa dos empreendimentos, em que um espaço provido de mesas e arquivos serve para realização de reuniões e arquivamento de documentos

(estatutos, atas); (c) ambiente de comercialização dos empreendimentos; e (d) local para realização de eventos diversos, como encontros, conferências, cursos, reuniões, assembleias etc. A Figura 1 aponta a evolução das atividades que culminaram na inauguração do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza (Betinho) de São Carlos.

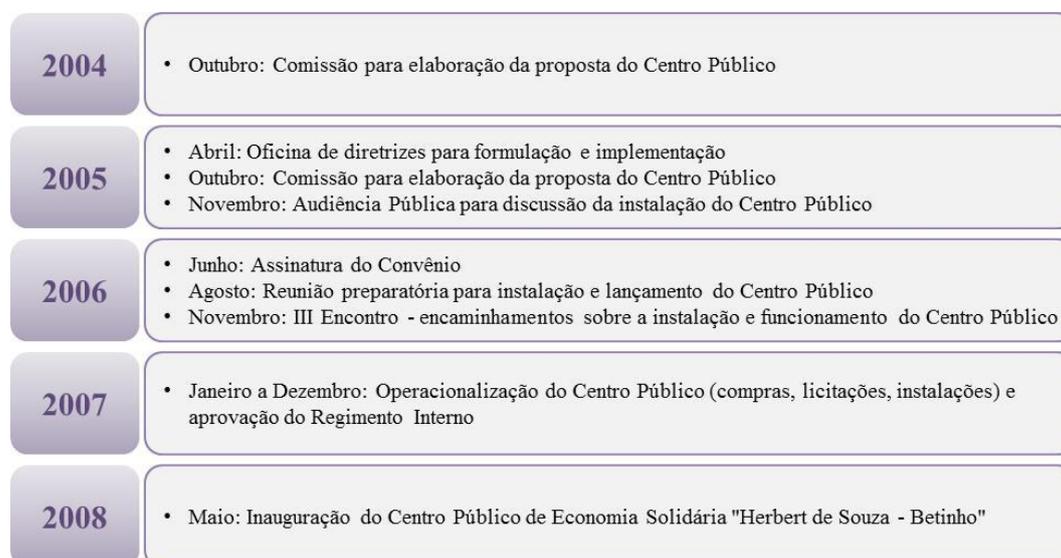


Figura 1: Histórico das ações para implantação do Centro Público Herbert de Souza. Fonte: Elaborado pelos autores com base em Capacle (2010)

Capacle (2010) relata que no ano de 2009 foram realizados 119 eventos com a participação de aproximadamente 2.500 pessoas no Centro Público Herbert de Souza. Além disso, ali está localizado o Centro de Documentação em Economia Solidária de São Carlos (CEDOC), uma biblioteca temática que possui diversos tipos de documentação sobre economia solidária, desde livros, teses, dissertações, revistas, folhetos e está disponível para consulta de qualquer cidadão.

Em 2008, houve a eleição de novo prefeito, Oswaldo Baptista Filho (Barba), também ex-reitor da UFSCar, e com isso uma reformulação no organograma da prefeitura. Foi criada a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER), cuja atribuição era “promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária, e elaborar a política municipal de apoio à integração no mercado de trabalho da juventude” (PMSC, 2012c) e desde então, o DAES passou a ser vinculado a esta secretaria.

O Departamento de Apoio à Economia Solidária é responsável pelas ações relacionadas à geração de trabalho e renda através de empreendimentos coletivos solidários. Em sua estrutura, está a Divisão de Ações de Inclusão Produtiva, cujo escopo é atuar com pessoas com dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, sendo elas de vários tipos, jovens, mulheres de maior idade, egressos do sistema penitenciário etc. A Divisão do Banco do Povo fomenta o Banco do Povo Paulista, resultado de uma parceria entre a prefeitura municipal e o governo do estado de São Paulo. Seu objetivo é conceder microcrédito a juros baixos para o desenvolvimento de pequenos negócios, formais ou informais, dentre eles cooperativas e formas associativas de produção ou trabalho. E por fim, a Divisão de

Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social fornece assistência técnica e acompanhamento aos empreendimentos, de acordo com as demandas de cada um.

Considerada um marco da economia solidária no município, está a Lei municipal nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010 que institucionaliza o “Programa de fomento à economia solidária”. O objetivo do programa é implantar a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e deve ser executado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SÃO CARLOS, 2010). É tida como um marco, pois a lei esclarece os objetivos do Programa, a definição das responsabilidades de execução, implementação, monitoramento e avaliação do Programa, o alinhamento de conceitos de economia solidária e empreendimentos de economia solidária, a prescrição da criação de uma Incubadora Pública de Empreendimentos de Economia Solidária e outros. Em 11 de outubro de 2011, foi aprovada a Lei nº 15.853 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, considerados os órgãos executores da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Estes marcos regulatórios são importantes para o movimento da economia solidária em São Carlos, uma vez que passa a existir legalmente o reconhecimento do direito de organização coletiva dos trabalhadores e instrumentos públicos para apoiar e desenvolver essa forma de organização produtiva. Ao institucionalizar a política pública do setor, esta ganha legitimidade e deixa de ser uma política de governo para se transformar em uma política de Estado.

A maioria dos acontecimentos no município, como a criação do DAES, a implantação do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, a elaboração do projeto de lei e a aprovação das leis municipais, contaram com a participação de alguns empreendimentos do município, outras secretarias municipais, organizações da sociedade civil e notadamente a INCOOP/NuMI-EcoSol. Estes são os atores que compõem a rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária em São Carlos, denominação que foi criada por este trabalho.

4 A rede de atores de São Carlos

4.1. Configuração da rede

A partir dos dados coletados, foi feita uma representação gráfica da rede de atores utilizando os programas UCINET (BORGATTI et al., 2002) e NETDRAW (BORGATTI, 2002) desenvolvidos para auxiliar a análise e a visualização de redes sociais. É importante ressaltar que a representação inclui somente os atores informados pelos entrevistados e sabe-se que ela não contém todos os envolvidos na rede. A identificação de todos os atores de uma rede é inclusive uma limitação própria dos estudos sobre redes, conforme levantado por Zancan (2008). Isto porque a dimensão, as constantes mudanças e as ramificações, características próprias de uma rede, dificultam a identificação de seus limites.

A Figura 2 apresenta todos os atores identificados na pesquisa com destaque (cor vermelha) para os atores entrevistados. Ao todo, foram identificadas 48

organizações, sendo 10 delas participantes da pesquisa de campo. A partir da representação, é visível uma concentração de vínculos (setas) ao redor do DAES e do NuMI-EcoSol. É possível perceber também a ramificação da rede, ou seja, redes menores incorporadas na rede maior, que são formadas a partir de alguns atores, como por exemplo, a Coordenadoria de Meio Ambiente. Esta observação está em concordância com a teoria de Mance (1999), em que as redes expandem a partir de novas redes criadas pelos atores e seu leque de relacionamentos. Segundo Granovetter (1973), esta expansão da rede se dá pela presença de laços fracos entre os atores, que permitem a conexão de grupos que não tem ligações entre si, mas que podem possuir interesses em comum.

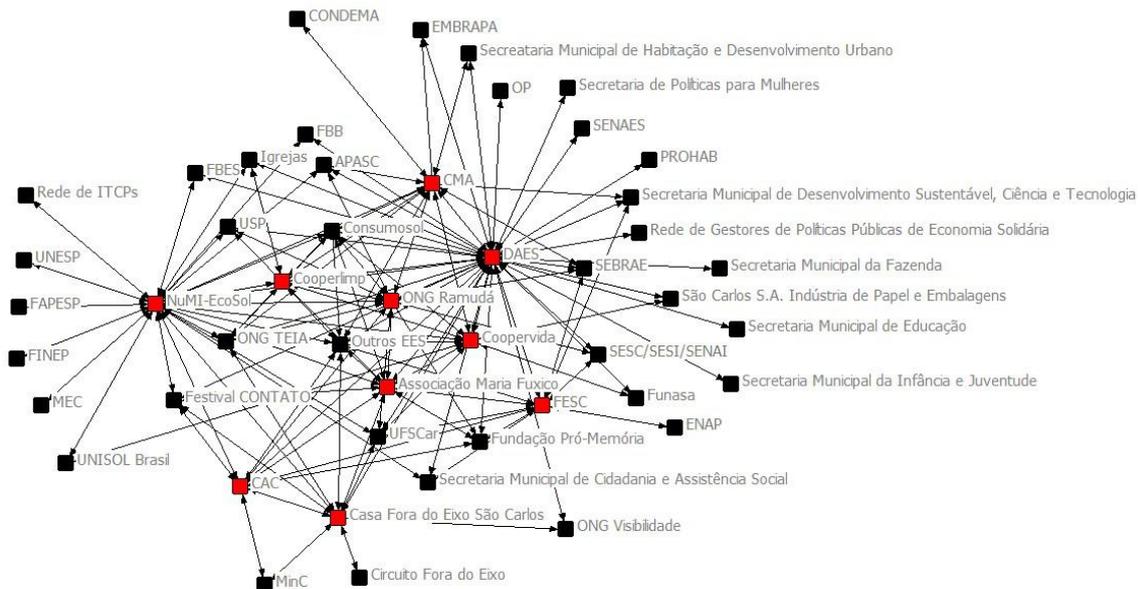


Figura 2: Configuração da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos (Legenda: cor preta – atores da rede de São Carlos identificados nas entrevistas | cor vermelha – atores participantes da pesquisa de campo). Fonte: Elaborado pelos autores

4.2. Ações desenvolvidas pela rede

Desde que vem se constituindo como tal, a rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos já possuiu diferentes feições e graus de intensidade relacional. No entanto, algumas ações podem ser consideradas como as principais realizações da rede, especialmente por contarem com o envolvimento e suporte da maior parte dos atores.

Encontro Municipal de Economia Solidária

O I Encontro Municipal de Economia Solidária aconteceu em 2004 com o objetivo de integrar os atores até então existentes e incentivar o envolvimento de outros aumentando assim a participação da comunidade no processo de desenvolvimento da economia solidária. O evento foi realizado durante dois dias nas dependências da UFSCar e sua programação contou com mesas-redondas, exposições de painéis e grupos de trabalho para formular as diretrizes e ações a serem desenvolvidas no município.

Em 2005, ocorreu o II Encontro com cerca de 80 participantes de diversos

segmentos, empreendimentos, poder público, universidade, organizações da sociedade civil e também com representantes dos Fóruns Paulista e Brasileiro de Economia Solidária (PMSC, 2005). Dos debates deste encontro, ficou constituído o Fórum de Economia Solidária de São Carlos, “um espaço de reflexão, de debate democrático de idéias, troca de experiências, de formulação de propostas, implementação e monitoramento de ações de fomento” composto de vários integrantes do movimento (PMSC, 2005).

No III Encontro, realizado em 2006, é que foi deliberada a elaboração de uma lei municipal para garantir os direitos econômicos, a autogestão e a democracia das iniciativas de economia solidária.

E como consequência, o IV Encontro Municipal de Economia Solidária teve como tema o “Marco Legal e a Organização Política e Social da Economia Solidária”. Realizado em 2009 e nas dependências do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, houve a discussão e aprovação do projeto de lei para definição do marco legal da economia solidária, que posteriormente culminou na Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Feira de Economia Solidária

As Feiras de Economia Solidária são espaços para comercialização dos bens e serviços produzidos pelos empreendimentos e para realização de oficinas, seminários, feiras de trocas e atividades culturais, destinadas aos empreendimentos e público em geral. Elas ocorrem todo ano no município desde 2009.

A “I Feira de Economia Solidária: semeando práticas solidárias em São Carlos e Região” nasceu de uma iniciativa dos próprios empreendimentos da cidade e que convidaram empreendimentos de outras regiões próximas como Araraquara, Rio Claro, Itirapina, Matão, Bauru, Itapeva, Descalvado e Assis (CONTATO, 2012). A feira foi realizada durante o 3º Festival CONTATO e contou com o suporte do DAES.

Em 2011, na 3ª edição da feira houve representantes do estado de São Paulo, Paraná e Tocantins, totalizando 34 empreendimentos, além de 43 barracas de alimentação e artesanato (PMSC, 2011). A 4ª edição da feira ocorreu no segundo semestre de 2012 e contou com 30 expositores da cidade, de Araraquara, Descalvado e Itirapina.

Um dos critérios para exposição na feira é a participação dos empreendimentos nas reuniões de concepção do evento, tornando coletivo o processo de construção da feira. Assim, as feiras também são tidas como “processos organizativos do movimento de economia solidária, realizadas de forma participativa, coletiva e autogestionária, desde a elaboração do projeto inicial do evento até a avaliação propriamente dita” (PMSC, 2012b).

Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária

Foi aprovada em 2010 a Lei municipal nº 15.196, que institucionaliza o “Programa de fomento à economia solidária”. Para construção e aprovação do projeto de lei, foi necessária uma ampla e extensa articulação dos envolvidos com o movimento. A Figura 3 resume a sequência de ações que culminaram na publicação da Lei

Municipal de Fomento à Economia Solidária.

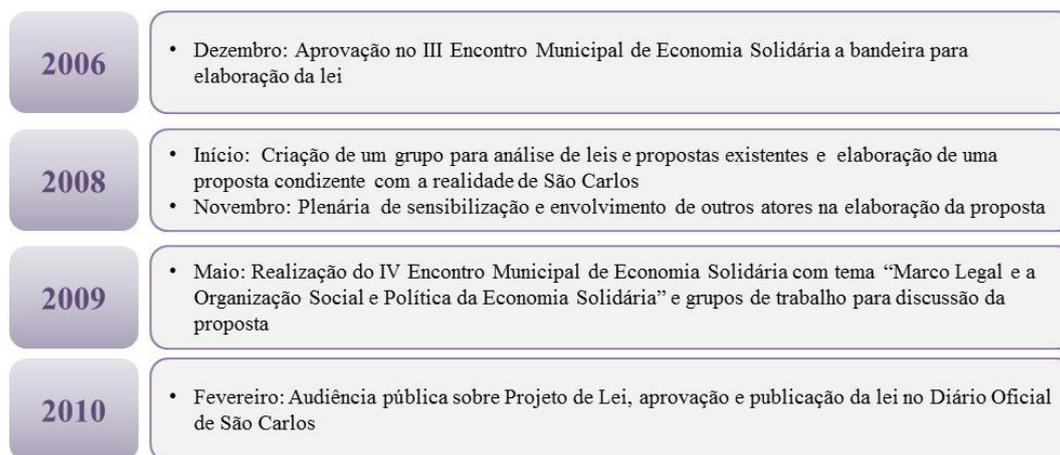


Figura 3: Histórico de ações para aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Martins (2010)

Nota-se que foram quatro anos de movimentação e realização de atividades conjuntas para discussão da proposta de lei. Os eventos eram abertos a todos os participantes, sabendo-se que cada um participou conforme seus interesses e disponibilidade. Os assuntos sempre discutidos em conjunto e as decisões tomadas de forma democrática, considerando o ponto de vista de cada organização e sendo natural o embate entre elas devido às diferentes perspectivas do que deveria ser a proposta de lei.

Em junho de 2012 ocorreu a posse do Conselho Municipal de Economia Solidária, órgão a executar a política pública municipal de economia solidária, previsto pela Lei municipal nº 15.853 de 2011. Os representantes da sociedade civil foram eleitos por votação na I Conferência Municipal de Economia Solidária, sendo 3 representantes das Entidades de Fomento, Assessoria e Apoio e 7 representantes dos empreendimentos, dos segmentos de resíduos, alimentação, cultura, produção, serviços e artesanato (ECOSOL, 2012).

Fórum de Economia Solidária de São Carlos

A constituição do Fórum de Economia de São Carlos teve origem nos debates do II Encontro Municipal de Economia Solidária em 2005. No entanto, sua continuidade não foi exitosa. Em 2009, com a I Feira de Economia Solidária, o fórum foi rearticulado como um espaço de discussão democrática e deliberação dos rumos do movimento no município e desde então vem acontecendo com mais frequência e participação dos atores.

Conferência Municipal de Economia Solidária

Em 2011 foi aprovada a Lei municipal nº 15.799, que institui a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária, considerada “um foro de debates aberto a todos os setores da sociedade, que tem como objetivo avaliar, discutir e propor medidas e ações sobre os vários temas referentes à questão da economia solidária no Município, definindo prioridades, estratégias e metas” (SÃO CARLOS, 2011).

De acordo com a lei, a conferência deve ser organizada e coordenada pelo DAES e realizada a cada dois anos. Assim, foi realizada em maio de 2012, a I Conferência Municipal de Economia Solidária “Participação e Controle Social: eleição do Conselho Municipal de Economia Solidária”. Na conferência, foram eleitos os representantes da sociedade civil a compor o Conselho Municipal de Economia Solidária. O evento contou com a participação de 110 pessoas de diversos segmentos e foi um resultado da articulação dos envolvidos no movimento, em específico das discussões dos quatro Encontros Municipais realizados em 2004, 2005, 2006 e 2009 (PMSC, 2012a).

Além da Conferência Municipal, está também a organização e participação nas Conferências Estaduais e Regionais preparatórias para a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a I CONAES aconteceu em 2006 e a II CONAES em 2010, ano em que foi realizada a Conferência Regional de Economia Solidária em São Carlos, compreendendo os municípios de São Carlos, Franca, Ribeirão Preto e Araraquara (PMSC, 2010).

5 Considerações finais

Em geral, percebe-se que a rede de atores de São Carlos configurou-se como um importante elemento para a construção e potencialização da economia solidária no município. A maior parte dos seus atores esteve envolvida nas principais ações do município, em particular na construção da política pública municipal de economia solidária. Tal envolvimento permitiu a construção de espaços democráticos de discussão, o compartilhamento de recursos e informações, o estímulo à participação popular nas decisões municipais e a consolidação dos empreendimentos locais.

Apesar de ainda pontuais, a rede vem criando espaços de integração e discussão que estimulam e permitem a troca de informações e a construção conjunta das ações da rede. O próprio Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza é um espaço físico aberto a todo o público e uma de suas finalidades é sediar reuniões e eventos de economia solidária, buscando a integração dos atores. Foram instituídos também o Fórum e a Conferência Municipal de Economia Solidária. No entanto, não são todos os envolvidos que participam regularmente destes encontros, o que dificulta a comunicação e a integração dos atores. Dessa forma, os mecanismos de comunicação, até então, têm surgido de acordo com as necessidades e demandas específicas da rede como, por exemplo, reuniões preparatórias de eventos, mas ainda não são regulares e nem capazes de agregar todos os atores da rede.

Em relação à organização e coordenação da rede, foi constatado também que não existe um acordo formal que articula todos os atores e estabeleça as regras e normas da rede. O principal mecanismo de coordenação é a confiança entre os próprios atores. Confirmado pelo desenho da rede, constatou-se que existem dois atores centrais, cujo objetivo principal é voltado para a economia solidária, o DAES e o NuMI-EcoSol. Esta constatação é tanto um aspecto positivo quanto negativo. A primeira vantagem é que ambos contribuem para a expansão da rede ao formar

suas redes individuais e compartilhar seus parceiros. Em segundo, encontra-se a consequência para os empreendimentos e a economia solidária como um todo, na medida em que há uma complementariedade entre as ações desses dois atores. Mas por outro lado, há momentos em que os dois principais atores da rede possuem opiniões e/ou atitudes divergentes, gerando certa “polaridade” na rede, não no sentido de rivalidade, mas de influenciar o comportamento do restante dos atores pelo fato de serem centrais.

De maneira geral, a partir da análise do caso de São Carlos, conclui-se que a configuração em rede é uma forma bastante inovadora de tratar as questões sociais atuais, em específico a economia solidária, que é um fenômeno complexo e com diversos desafios. Espera-se com o artigo, ter apontado que a atuação em rede é capaz de promover mudanças na sociedade e nos indivíduos, uma vez que estimula a tomada de decisões e realização de ações em conjunto, disseminando o sentimento de construção democrática, coletiva e participativa. A rede pode ser entendida como uma tentativa de recuperação e reestabelecimento de uma cultura de cooperação na sociedade, que fortalece o sentimento de confiança entre os indivíduos e contribui para recuperar o sentimento republicano e de protagonismo cidadão perdidos nas sociedades atuais.

6 Referências

- BORGATTI, S. P. **Netdraw Network Visualization**. Analytic Technologies: Harvard, MA, 2002.
- _____.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **UCINET for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>>. Acesso em 10 de junho de 2012.
- CAPACLE, C. **A política social da economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CONTATO, 2012. **I Feira de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.contato.ufscar.br/i-feira-de-economia-solidaria/>>. Acesso em 13 de maio de 2012.
- DOZENA, A. **São Carlos e seu “desenvolvimento”: contradições urbanas de um pólo tecnológico**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ECOSOL – Economia Solidária São Carlos, 2012. Disponível em: <<http://economiasolidariasaoCarlos.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-05-10T12:31:00->>. Acesso em 13 de junho de 2012.
- GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, n.39, p.181-211, Jul./Dez., 2003a.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GRANOVETTER, M. S. **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, v.78, n.6, p.1360-1380, maio, 1973.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.
- MANCE, A. E. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARTINS, G. **Audiência Pública debate Lei Municipal de Economia Solidária para a cidade de São Carlos (SP)**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 10 fev. 2010. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5005&Itemid=62>. Acesso em 20 de junho de 2011.

PMSC – Prefeitura Municipal de São Carlos. **Encontro debateu os rumos da economia solidária**, 09 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2005/147598-encontro-debateu-os-rumos-da-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Perfil dos Empreendimentos Autogestionários em São Carlos 2008** / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. São Carlos: PMSC, 2008. 52p.:il.

_____. **Conferência Regional de Economia Solidária**. São Carlos: PMSC, 2010.

_____. **São Carlos realiza 3ª Feira de Economia Solidária neste final de semana**, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160867-sao-carlos-realiza-3o-feira-de-economia-solidaria-neste-final-de-semana.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Barba participa da Conferência de Economia Solidária**, 08 maio 2012a. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2012/161972-barba-participa-da-conferencia-de-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **II Conferência de Economia Solidária: Semeando práticas solidárias em São Carlos e região**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/component/content/article/823-eventos-2010/157830-ii-feira-de-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012b.

_____. **Prefeitura**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prefeitura.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012c.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SÃO CARLOS. Lei nº 15.196, de 26 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de São Carlos**, São Carlos, SP, 27 fev. 2010. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2010/DO_270210_certificado.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2012.

_____. Lei nº 15.779, de 5 de agosto de 2011. Institui no município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de São Carlos**, São Carlos, SP, 9 ago. 2011. Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2011/DO_090811_certificado.pdf>. Acesso em 03 de março de 2012.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.